



**SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
LISBON**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**DO ABOLICIONISMO AOS OBJECTIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO: O QUE MUDOU NO  
OLHAR OCIDENTAL SOBRE ÁFRICA E OS AFRICANOS  
- O CASO DE MOÇAMBIQUE -**

MARIA JOSÉ AFONSO VILHENA | N.º 40010

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSORA DOUTORA JOANA PEREIRA LEITE

SETEMBRO DE 2013

*“No one is born hating another person because of the colour of his skin, his background, or his religion. People must learn to hate, and if they can learn to hate, they can be taught to love, for love comes more naturally to the human heart than its opposite.”*

Nelson Mandela  
“Long Walk to Freedom”,  
1995

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EUA	Estados Unidos da América
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OUA	Organização da Unidade Africana
PIEPP	Política de Integração do Espaço Português
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## RESUMO

Nos últimos anos, assistimos a uma renovada disputa por África com o aparecimento de novos actores no panorama internacional. O aparentemente continente esquecido voltou a despertar as atenções do mundo ocidental, e dos países emergentes, sendo imprescindível perceber em que medida evoluíram as características socio económicas desta região e quais as percepções do exterior relativamente a este território. Para enriquecer a análise, propomos assim, centrarmos a mesma numa visão abrangente, iniciada no período do Abolicionismo oitocentista até à actualidade.

Esta dissertação pretende investigar se a especialização primária continua a ser uma realidade da estrutura produtiva de Moçambique dos nossos dias e qual a sua influência no caminho percorrido ao nível económico e social do país na longa duração. Adicionalmente, procuramos saber qual o papel da sociedade moçambicana neste recente *scramble for Africa* e como o mesmo tem afectado os diferentes aspectos desta sociedade multicultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolicionismo, Subdesenvolvimento, África, Especialização Primária, Moçambique

## **ABSTRACT**

Over the past few years, we have witnessed a renewed dispute for Africa, with the appearance of new actors on the international scene. The seemingly forgotten continent has, once again, caught the attention of the western world as well as emerging countries. In that sense, it is essential to acknowledge just how this vast region has changed both socially and economically, and how the continent is perceived elsewhere. In order to enrich the analysis, it is this thesis contention, to embrace a global approach, which will regard the period of Abolitionism as a landmark, and which will carry on to the present day.

This thesis aims at investigating whether primary specialization continues to be a feature of the productive structure of Mozambique in this day and age and what its influence might be on the path the country has trod in terms of its economic and social development in the long term. Additionally, it has been a goal of this thesis to try and find out what is the role of Mozambican society in this recent scramble for Africa, and in which way that would affect the different facets of this multicultural society.

**KEYWORDS:** Abolitionism, Underdevelopment, Africa, Primary Specialization, Mozambique

## **AGRADECIMENTOS**

O caminho percorrido na elaboração de uma dissertação torna-se menos solitário quando temos do nosso lado os que nos dão ânimo, força e luz nos momentos em que as incertezas nos assolam.

À Professora Joana Pereira Leite, agradeço pelo apoio e estímulo dados desde a troca inicial de potenciais ideias para uma tese até à preciosa ajuda na elaboração deste trabalho, mas também pela transmissão de conhecimentos ao longo do mestrado sempre de uma forma entusiástica e apaixonante.

Aos meus pais, agradeço por serem os pilares que sustentam a minha vida, com uma presença forte e acolhedora que me faz sentir sempre protegida.

Ao José Neto e à Paula Tavares, agradeço por ter partilhado convosco este mestrado, formando uma equipa que nos enriqueceu e permitiu construir uma amizade que nos acompanhará pelas nossas vidas.

Aos meus amigos, agradeço pela compreensão nas ausências deste período e pela cumplicidade nos momentos em que precisei de uma palavra amiga como alimento da alma. Em especial, à Patrícia Gomes, Alexandra Rodrigues, Marta Moreira, Leonor Costa e Maria José Feliciano obrigada por estarem sempre presentes.

## ÍNDICE

Introdução.....	9
1. O olhar sobre África: a construção da visão do Outro.....	13
2. O papel de África e dos africanos para o mundo ocidental – do século XIX até aos nossos dias.....	17
2.1. A evolução da função económica do continente africano: os fundamentos da especialização primária.....	17
2.2. O pensamento do desenvolvimento ao longo deste período.....	27
3. O caso de Moçambique.....	36
Conclusões.....	46
Referências Bibliográficas.....	48
Anexos.....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro I. Indústrias de Transformação Moçambique.....	52
Quadro II. Indústria de Transformação Moçambique - Evolução Quinquenal...53	
Quadro III. Produção Industrial Moçambique.....	54
Quadro IV. Produção Industrial Moçambique (a preços de 1980).....	55
Quadro V. Crescimento Económico Moçambique.....	55
Quadro VI. Volume de Produção dos principais produtos Moçambique.....	56
Quadro VII. Concentração da produção nos principais subsectores da indústria transformadora Moçambique.....	57

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação inspira-se na reflexão em torno do lugar e do papel de África e dos africanos para o Mundo Ocidental, desde o Abolicionismo oitocentista à invenção do Subdesenvolvimento, no contexto da reordenação geopolítica (bipolaridade EUA/URSS), posterior à segunda Guerra Mundial do século XX.

A intenção primeira deste trabalho consiste em perceber em que medida a especialização primária continua a dominar a estruturação produtiva da economia moçambicana nos nossos dias, e se a mesma tem determinado o percurso sócio económica do país na longa duração. Numa altura em que assistimos a um novo *scramble for Africa*, procuramos investigar qual o papel de Moçambique nesta disputa e como a mesma tem influenciado a sua sociedade em diferentes aspectos.

Para isso, centraremos a análise, privilegiando a perspectiva macro histórica, na trajectória económica prosseguida pelo continente africano no período que se inicia no século XIX e nos leva até à actualidade. Observaremos que na fase pré-colonial oitocentista se assiste à especialização no comércio (do tráfico negreiro ao comércio lícito) e que a globalização económica trazida pela revolução industrial (passagem do capitalismo mercantil ao industrial), ao confirmar a especialização primária das periferias da ordem económica mundial, condicionaria de forma definitiva a estrutura económica e social da maioria dos países africanos até aos nossos dias.

Esta análise propõe-se assim examinar que continuidades e rupturas tiveram lugar posteriormente, nomeadamente no decurso do período colonial, no tempo das independências a que se seguiram os programas de estabilização e ajustamento estrutural e, por último, na época presente, da exploração dos recursos naturais. Preocupa-se ainda em observar como evoluíram as representações e percepções que, a partir do exterior, e sobretudo no ocidente, se foram construindo sobre o continente africano e os povos que nele habitam.

Assim, no ponto 1 atenderemos à imagem de Africa e dos africanos, confrontando as visões distanciadas às perspectivas afro-centristas, no sentido de compreender em que medida aquele olhar exterior influenciou as políticas direccionadas ao continente africano e às suas populações.

No ponto 2 procuramos encontrar a base teórica para esta dissertação, expondo os principais aspectos dos fundamentos da especialização primária e do pensamento do desenvolvimento ao longo do período mencionado. A discussão mundial gerada em torno do Abolicionismo no século XIX pode ser equiparada à questão do Subdesenvolvimento originada em meados do século XX. Torna-se essencial a ligação destas duas realidades, mostrando uma perspectiva histórica e enriquecendo a análise com a opinião de vários autores, que constituem o enquadramento teórico da nossa principal questão. Realçamos também a preponderância do modelo neo-liberal imposto aos países africanos como meio para atingir o desejado crescimento económico.

Após esta visão bastante alargada, no ponto 3 entramos no nosso estudo de caso sobre Moçambique dando especial enfoque à sua trajectória pós-colonial e enfatizando as relações com Portugal, apesar da sua multiculturalidade e da

grande influência recebida dos povos do Índico. Para sustentar a nossa análise, atenderemos a contributos da historiografia económica recente sobre colonialismo e industrialização de Moçambique, e procuramos encontrar estatísticas dos períodos subsequentes para comprovar a evolução da produção neste país até aos nossos dias.

Por fim, apresentamos as principais conclusões decorrentes de toda a nossa pesquisa para esta exposição.

A metodologia utilizada centrou-se quer na recolha e análise da literatura de referência, no domínio da história africana e do pensamento do desenvolvimento, quer na pesquisa e hermenêutica de fontes documentais pertinentes para o estudo do caso moçambicano.

As principais dificuldades e limitações encontradas prendem-se por um lado, com a abrangência do tema, obrigando a conciliar a dimensão temporal e multidisciplinar subjacente à problemática em causa e, por outro, com a impossibilidade de consagrar maior atenção ao caso de Moçambique, atendendo às restrições impostas à dimensão deste estudo. Contudo, o desafio que abraçamos, ainda que não isento de risco, permitiu-nos compreender melhor em que medida as trajectórias actuais das sociedades e economias africanas são profundamente tributárias de um percurso de longa duração e que o desenvolvimento, enquanto processo complexo de transformação sócio económica, é também um caminho historicamente construído.

A visão apresentada, apesar de atender ao contributo de diversos autores que não pertencem às ideologias do *mainstream*, não foge certamente à influência etnocêntrica que domina o pensamento do desenvolvimento. Parece-

nos assim imprescindível que existam mais testemunhos, centrados na história escrita a partir do interior de África, para que essa narrativa permita inspirar uma análise social e económica mais próxima da realidade.

Não obstante, sublinhamos, uma vez mais, que a pesquisa efectuada se revelou de grande interesse, permitindo a reflexão em torno da função económica e da imagem de África na longa duração. Ficámos com uma melhor percepção sobre o processo da sua integração na ordem económica internacional – abolicionismo, colonialismo e época pós-colonial – e também sobre a forma como a realidade africana é observada pelo pensamento do desenvolvimento, desde as visões etnocêntricas dos seus autores fundadores aos contributos do pensamento crítico recente, reivindicado quer pelas perspectivas afro-centristas quer pelo pensamento pós-desenvolvimentista.

## **1. O olhar sobre África: a construção da visão do Outro**

Diversos arquétipos têm sido desenhados ao longo da História de forma a espelhar a imagem que o Ocidente detém em relação ao povo africano. Hugon (2007), um dos autores que os descreve e contextualiza, identifica desde o arquétipo racista que vê no africano alguém que é necessário civilizar, ao paternalista que olha para os habitantes de África como crianças que carecem de educação, passando pelo exótico selvagem que vive em harmonia com a natureza que precisa ser protegida, pelo irmão humanitarista com o qual é essencial cooperar, pelo estrangeiro cujas diferenças são, muitas vezes, irrelevantes para o Ocidente, até ao escravo que deve ser libertado e ao pobre que tem de ser ajudado no seu processo de desenvolvimento. Mas a visão actual de uma África subdesenvolvida e presa às suas tradições poderá justificar o modelo de dependência da ajuda internacional registado nas últimas décadas? E como continua a ser visto o africano aos olhos dos europeus?

Almeida-Topor (2009) refere que o africano era visto como não humano na era dos Descobrimentos, desprovido de história e raízes culturais antes da chegada dos ocidentais. Acrescenta que África continua ligada a diversos estereótipos. Alguns consideram-na uma região onde sempre reinou a desordem e a guerra, para outros os africanos reconhecem os ocidentais como superiores o que justificaria a colonização. As representações mais recentes sublinham as dificuldades de implementação da democracia neste continente. Segundo Henriques (2004), existe até aos dias de hoje uma “colonização imaginária” como se os estigmas do passado continuassem presentes e fosse difícil dissociarmo-nos dos mesmos. Durante a colonização, os escravos

serviram apenas para criar e consolidar impérios, sendo considerados como não tendo civilização. Constata-se assim, uma negação da humanidade civilizacional do africano, o Outro é visto pelos europeus como um ser dependente. Esta autora, particularizando o caso português, descreve a formação do seu sistema ideológico colonial assente em grupos de mitos que, apesar das semelhanças com ideologias europeias, encerram características próprias algumas que perduram até aos nossos dias. Num primeiro grupo de mitos associa-se a superioridade do homem branco e a sua missão civilizadora do “selvagem” que deveria assimilar os pressupostos do cristianismo para seu benefício. O segundo mito evidencia o facto de Portugal ter sido pioneiro na descoberta do “Novo Mundo” e a sua presença contínua ao longo dos séculos no continente africano. Por último, a autora refere as teses de Gilberto Freyre que introduziu o conceito de luso-tropicalismo, diferenciando a colonização portuguesa pelo seu modo particular de se relacionar com as populações indígenas resultado das suas características de mobilidade, adaptação ao clima e miscigenação racial e cultural. Uma visão que seria aproveitada pelo Estado Novo para promoção da sua política colonial de forma a escapar à pressão internacional, favorável à autodeterminação dos territórios coloniais no pós segunda Guerra Mundial. A partir de 1955 com a conferência de Bandung, onde se começa a delinear uma estratégia de independência para as colónias, e no período em que se viveu essa emancipação, os africanos passam a ter uma relevância económica que leva primeiro a um registo de ajuda e cooperação, e posteriormente de parceria, refere a autora.

Contudo, as visões afro-centristas salientam que África tem de ser analisada pelas suas singularidades, sendo indispensável identificar cada uma das entidades existentes nesta região. Como Latouche (1998) mostra, África parece ser a face negra do destino dos ocidentais. Uma modernidade transformada em pesadelo, marcada por genocídios, conflitos étnicos, golpes de Estado militares, fome e epidemias. Mas, e de acordo com este autor, um novo sistema social parece estar a despontar neste continente, baseado numa economia de proximidade que pretende contestar a ideologia liberal e a superioridade do conceito de mercadoria. Uma outra África começa a ganhar contornos, que procura a sua essência e mostra aos ocidentais, submersos num mundo de acumulação frenética de bens, que é possível viver de outro modo. Nesta perspectiva, o Subdesenvolvimento é visto como uma imposição do sentido ocidental e a pós-modernidade que África procura constituirá uma luta constante contra o instituído no mundo dito desenvolvido.

Ao cruzar estas opiniões, podemos verificar que diversos estágios foram sendo percorridos na construção do Outro - o povo africano. Mas é ainda visível uma forte marca do passado em algumas narrativas, sendo o recente discurso do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy um exemplo flagrante, em várias análises, de como o neocolonialismo, o paternalismo e o racismo em relação aos africanos permanecem até à actualidade. Aludindo à necessidade de África entrar mais na História e de estar estagnada sem permitir o progresso, Sarkozy encerra afirmações largamente contestadas no seio da comunidade internacional e em especial pelos representantes africanos, numa

visita a Dakar em 2007. Achille Mbembe<sup>1</sup>, estudioso camaronês, criticou violentamente este discurso, referindo que não foi efectuada nenhuma alusão acerca dos esforços internos em curso para a construção de um quadro institucional e económico que promova o efectivo desenvolvimento deste continente. Este autor refere mesmo que as ideias apresentadas nesta exposição remontam ao século XIX e que a França se entrega ao papel de potência dominante não dando espaço a África para a construção e desenvolvimento do Outro. Em 2012, François Hollande - o actual presidente francês - remodelou o discurso neocolonial do seu antecessor mas acabou por ser acusado de ocultar os interesses dos ocidentais apesar da sua retórica mais moderna.

Parecem existir diversas continuidades no olhar do mundo ocidental para África e para os seus habitantes, sendo o africano visto como alguém que não consegue subsistir por si próprio, necessitando sempre de ajuda mesmo quando esta surge camuflada pela chamada cooperação ao desenvolvimento. África é tida como um continente que serve os interesses do Ocidente, demonstrando este o desejo de a moldar de acordo com os seus modelos. O mundo aparenta ter esquecido que África é o berço da humanidade, e que a origem dos povos remete para esta região. Os africanos deveriam aproveitar esta mais-valia, reinterpretando a história mundial através do seu olhar. Segundo KI-Zerbo (2006), eminente historiador africano entrevistado por René Holenstein, o colonialismo traduziu-se num assalto à história dos africanos, substituindo a sua organização. África ficou aprisionada dentro de um sistema

---

<sup>1</sup> MBEMBE, Achille (2007), "*L'Afrique de Nicolas Sarkozy*" [online] Disponível em <http://www.ldh-toulon.net/spip.php?article2183> (acedido a 12 de Julho de 2013)

com particularidades que subsistem até aos dias de hoje. O continente africano necessita criar uma ruptura para começar o seu “renascimento” político, social e económico num reconhecimento que deve vir do exterior mas principalmente dos povos africanos, da sua voz própria e identidade.

## **2. O papel de África e dos africanos para o mundo ocidental – do século XIX até aos nossos dias**

Nesta investigação importa perceber que papel tem tido o continente africano para o mundo ocidental, sobretudo ao nível económico uma vez que se trata de um elemento fundamental no estudo das relações entre as duas regiões. Observar a evolução da função económica de África para o Ocidente permite verificar que continuidades e rupturas se deram com o passar dos anos e entender a sua preponderância para esta análise. A par disso, procura-se compreender como progrediu o pensamento do desenvolvimento e qual a sua influência nos modelos que foram sendo aplicados no continente africano para alcançar o tão desejado crescimento económico.

### **2.1. A evolução da função económica do continente africano: os fundamentos da especialização primária**

O foco desta análise começa no século XIX mas torna-se imprescindível recuar no tempo. O Colonialismo moderno, trazido pela era dos Descobrimentos, originou necessidades significativas de matérias-primas e mão-de-obra para apoiar as metrópoles e o desenvolvimento produtivo das suas colónias. O continente africano teve um papel preponderante no

fornecimento de recursos naturais e força de trabalho escrava para esses destinos, mas importa ter presente que esta contribuição não foi idêntica em todos os países da região. Zeleza (1993) refere a relevância do comércio interno nestes países face ao comércio internacional, enfatizando ainda que a troca de produtos agrícolas e manufacturados contribuía positivamente para aumentar a produção ao contrário do comércio de escravos que tinha um impacto nefasto nas suas economias. Segundo este autor, não se pode afirmar que estas sociedades eram exclusivamente pré-coloniais, uma vez que já não possuíam algumas das características da fase antecedente. Com a Revolução Industrial, iniciada no Reino Unido no século XVIII, tiveram lugar uma série de mudanças tecnológicas com forte impacto no processo produtivo. A modernização trazida pelas máquinas levou a uma menor necessidade de mão-de-obra. O mundo ocidental parecia ter interesse numa África que se tornasse consumidora principalmente dos produtos excedentários que os países industrializados fabricavam. Neste contexto, assistiu-se a uma forte pressão do Reino Unido e da França, principalmente a partir de 1770, para que o Abolicionismo se tornasse numa realidade palpável. A libertação dos escravos bem como a passagem ao comércio lícito foram desafios pelos quais a maioria dos países africanos teve de passar, já que o fornecimento de escravos foi uma constante em grande parte desta região. O Abolicionismo resultou da junção de vários elementos, nomeadamente o humanitarismo de carácter religioso, o Iluminismo, as características da economia política liberal e a influência do capitalismo industrial nascente. Não obstante, podem ser apontadas algumas ambiguidades ao Abolicionismo com alguns autores a

defenderem que este deriva do Colonialismo moderno. Uma ligação que parece demonstrar que o interesse da indústria nascente na abolição tinha por detrás uma maior perspectiva de lucros. Importa lembrar a opinião de Adam Smith, revisitada por M'Bokolo (2007), que menciona que “o trabalho feito por escravos, embora pareça não custar mais do que a sua subsistência, é afinal o mais caro de todos. Um ser que não pode adquirir os seus bens próprios não pode ter outro interesse que não seja o de comer o mais possível e trabalhar o menos possível”.

Alguns autores sustentam que o século XIX foi um marco fundamental para África, caracterizando-se como um período de ruptura com o passado e com novos desafios para o povo africano. Diversas áreas sofreram transformações como o ambiente, a demografia, a agricultura, o comércio e a indústria. Outros autores afirmam que foi nesta época que o desenvolvimento do continente africano foi subjugado ao progresso do Ocidente. Rodney (1975) advoga que o Colonialismo europeu subdesenvolveu África, não proporcionando melhoria das condições de vida das populações sobretudo nas áreas da saúde e da educação. Os recursos gerados nas colónias serviam para apoiar a demanda colonial das metrópoles, ficando apenas uma pequena parte alocada à satisfação das necessidades locais. O investimento em inovação tecnológica na agricultura e na indústria africanas era diminuto comparativamente ao progresso que se assistia no mundo ocidental. Rodney (1975) defende que “o Colonialismo significou uma grande intensificação da exploração na África - num grau muito superior ao existente nas sociedades africanas anteriores. Simultaneamente, o seu objectivo central era a exportação massiva da mais-

valia”. Também Coquery-Vidrovitch (1976) refere que não é correcto pensar que as metrópoles favoreceram a expansão no espaço africano, limitaram-se sobretudo a desenvolver as estruturas necessárias para a extracção de recursos. Os impactos da colonização alteraram todas as esferas das civilizações africanas.

A passagem ao comércio lícito pode mesmo ser vista como um prolongamento do comércio negreiro. Se por um lado, alguns autores dizem que as economias locais africanas foram autónomas no suporte dos gastos deste tipo de comércio, outros são da opinião que o mesmo iniciou a dependência de África com o mundo industrializado, numa troca desigual entre os Estados ocidentais e a periferia que mais tarde iria ser denominada de “subdesenvolvida”. O comércio negreiro levou quase um século a desaparecer, desde 1803 - ano em que a Dinamarca aboliu a escravatura - até 1888, ano em que o último país baniu este tráfico, o Brasil. A abolição do tráfico negreiro fez-se primeiro acima da linha do Equador e só depois abaixo desse limiar. Por seu turno, o comércio lícito teve uma progressão rápida, não apenas baseada nos ideais do Abolicionismo, mas sobretudo porque prometia ser mais rentável.

Este prolongar do negócio de escravos levaria alguns autores a promover a implementação dos ideais civilizacionais do Ocidente em África, de forma a dissuadir os comerciantes africanos de prosseguir com o mesmo. Era necessário estabelecer acordos com os chefes africanos para trazer a civilização ao seu continente através do cristianismo e do comércio. Contudo, a persistência deste fenómeno furtivo era causada por uma nova organização de negociantes individuais ansiosos por ganhos continuados e pela deslocação

geográfica para sul do Equador dos principais centros fornecedores de mão-de-obra escrava. Assim, o comércio clandestino de escravos e as trocas legais de bens e matérias-primas parecem ter coexistido durante grande parte do século XIX, sendo que o recém-estabelecido comércio lícito foi buscar muitas das suas características ao seu antecessor. África tinha uma economia apoiada na exploração primária baseada na recolha e na colheita de recursos, e a mudança mais visível na sua relação com os países industrializados foi a expansão do comércio entre as duas regiões, devendo-se sobretudo à Revolução Industrial e à passagem ao comércio lícito. O africano escravo dava assim lugar ao africano consumidor.

Neste cenário, verifica-se uma acesa disputa pelo território africano no final do século XIX. Com o fim da escravatura, as necessidades decorrentes do capitalismo impelem a que os estados ocidentais pensem na aquisição de colónias para expansão do seu comércio externo. O imperialismo subjugado ao capitalismo procurava também a obtenção de matérias-primas, em especial dos minerais. Além dos factores económicos, M'Bokolo (2007) aponta outras dimensões para a emergência de um novo espírito imperialista que entrava em ruptura com as ideologias do período anterior, como o Nacionalismo e as estratégias políticas das grandes potências europeias. Esta luta por África foi consumada na conferência de Berlim em 1884, onde se reuniram os líderes europeus sem a presença de qualquer representante africano, tendo como resultado a divisão deste continente - o futuro de África era decidido sem que fossem ouvidos os seus habitantes. A Europa tinha a noção clara que teria de se entender entre si, mas que era também fulcral que cada país criasse a sua

região de influência para cimentar relações que fomentassem a exploração pretendida pelo capitalismo colonial. Os pactos coloniais gerados agravam a situação das colónias que se vêem condicionadas ao nível económico e político, ficando como mercados especialmente direccionados para a venda de produtos industrializados que chegavam das metrópoles. Parece claro que estas medidas aprofundavam a especialização primária de África de forma a beneficiar este novo capitalismo europeu. O desenvolvimento que tinha lugar neste continente visava sobretudo facilitar a exploração europeia como o avanço significativo da rede de transportes e telecomunicações, e as descobertas médicas que permitiam maiores acessibilidades, mas o povo africano continuava a sentir a falta de partilha dos seus colonizadores. Até à primeira Guerra Mundial, África viveu diversos conflitos ligados à conquista e pacificação dos seus territórios. Para esta contenda foram disponibilizados homens e materiais, e algumas batalhas foram mesmo travadas no continente africano. Isto reflectiu-se obviamente na economia já debilitada pela era colonial. No período entre as duas guerras mundiais deu-se a Grande Depressão nos EUA que afectou o continente africano, em diferentes dimensões consoante o país em causa, tanto pelas políticas das suas metrópoles que tentavam combater os efeitos desta crise como pela diminuição dos investimentos nesta região. África, mais uma vez, só tinha hipótese de se especializar na produção de matérias-primas para exportação ficando dependente, em alguns casos, dos produtos que vinham do exterior, uma vez que se assistiu ao abandono das culturas de subsistência devido ao reduzido salário do africano.

Coquery-Vidrovitch (1976) refere que a segunda Guerra Mundial foi determinante para África porque a elevada contribuição de mão-de-obra para o esforço de guerra permitiu aos africanos contactar com outros povos, abrir os seus horizontes e pôr em causa o conceito de superioridade branca. A carta do Atlântico assinada em 1941 e a carta das Nações Unidas em 1945, que proclamavam o direito de todos os povos à sua autodeterminação, tiveram uma repercussão importante por todo o continente africano, nomeadamente em alguns líderes que se familiarizaram com a corrente pan-africana aquando dos seus estudos no estrangeiro. O facto dos países ocidentais, devastados pelas guerras, não terem condições para manter as suas colónias bem como o crescente movimento independentista africano - que tomou uma forma organizada com a conferência de Bandung em 1955 - conduziu às independências dos países deste continente. A descolonização teve assim lugar em inúmeros países em África, mas apesar das esperanças depositadas neste ideal, alguns problemas não foram solucionados já que além da independência política era necessário existir também uma autonomia financeira e económica.

Apesar desta limitação, os países recém-independentes registaram alguma expansão económica nos anos que se seguiram à sua independência. Mas não se verificou a tão necessária estabilidade política para o progresso devido sobretudo à criação de governos de partido único ou de regimes militares em detrimento da implementação de um regime democrático. Consequentemente, em meados do século XX, assiste-se a uma época de forte intervenção do Estado. O conceito de pan-africanismo e de um renascimento de África tinha

expressão, mas o mundo dividido pela Guerra Fria afectou o ideal de unidade. Alguns países africanos tomaram o partido da potência americana e outros da URSS, comprometendo o conceito de união africana e o desenvolvimento social e económico da região. Mas a Organização da Unidade Africana lutava por esse propósito e, como refere M'Bokolo (2007), a OUA declarou na sua carta que “É nosso dever pôr os recursos naturais e humanos do nosso continente ao serviço do progresso geral dos nossos povos em todos os domínios da actividade humana.” No entanto, se a nível político se presenciou alguma emancipação do continente africano, embora com os limites enumerados anteriormente, em termos económicos continuavam a subsistir as características anteriores. Pode-se afirmar que, no geral, a economia africana continuava a ser uma combinação de economia agrária patriarcal, com fraco excedente interno e domínio de uma elite sobre as trocas internacionais. O subdesenvolvimento deste continente na década de 70 do século XX, apesar de não ser uniforme devido à existência de focos de prosperidade como o caso da África do Sul, alicerçava-se em diversos problemas como a urbanização acelerada, a explosão demográfica, o atraso tecnológico e o subemprego.

O fim da Guerra Fria simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989 e o consequente desmembramento da URSS, no início dos anos 90 do século passado, deram lugar a um novo modelo que iria influenciar o mundo. Assistia-se assim, ao domínio do modelo da democracia liberal e à implementação de economias de mercado. Fukuyama (1989) afirma que neste período verifica-se o triunfo do liberalismo económico e político com a vitória da ala ocidental liderada pelos EUA. Para este autor, a nova ideologia iria acabar com a

evolução sociocultural da humanidade, sendo como que um fim da História conhecida até então, perpetuando uma ausência de diversidade ao nível planetário. O mundo estava em transformação, com a mundialização e a estratégia das empresas multinacionais a influenciar uma nova organização da produção mundial. O papel significativo que o Estado desempenhou até esta altura nos regimes africanos fez com que o socialismo se tornasse uma referência para diversos países. No entanto, apesar dos esforços para garantir o desenvolvimento, África continuava a efectuar poucas trocas ao nível regional e mantinha uma forte ligação ao Ocidente. Industrializar por via da substituição das importações era o objectivo da maioria dos países africanos, mas para suportar esta política teriam de aumentar as receitas provenientes da agricultura e da exploração mineira.

As ineficiências do modelo de intervenção do Estado que são analisadas por Krueger (1974) e Bhagwati (1982) - com foco especialmente no proteccionismo e na industrialização por substituição de importações que, segundo estes autores, gerou actividades de procura de lucro e desperdício de recursos para o crescimento económico – em finais da década de 70 do século XX, são futuramente examinadas em 1989 por vários economistas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que formulam, em conjunto com John Williamson, o Consenso de Washington onde são criadas dez regras básicas que preconizam o regresso das ideias liberais e a introdução das políticas de ajustamento estrutural como forma de atingir o crescimento económico em países do terceiro mundo. Com a chegada destes programas de ajustamento estrutural na década de 80 do século XX (Oppenheimer, 1998), uma outra

forma de financiamento surge para os povos africanos. Mas África continuava a mostrar debilidades na sua economia, mesmo com a união deste novo financiamento aos fundos provenientes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, nem sempre aplicados da melhor forma e continuando a contribuir para a dependência económica com o Ocidente. O endividamento e o agravamento da pobreza levam ao perdão da dívida dos países africanos e aos programas de ajustamento estrutural de segunda geração, originando posteriormente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2000. No entanto, o mundo dava sinais de mudança e em 2001, com o relatório de Jim O'Neill<sup>2</sup>, surgia o conceito de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) que suscitava a crescente importância destes países no futuro contexto internacional. Os BRIC reuniram-se formalmente em 2009 tornando-se BRICS, com a inclusão da África do Sul em 2011, preconizando uma evolução positiva que trouxe a necessidade de matérias-primas, mão-de-obra barata e novos mercados. Neste contexto, assiste-se a uma nova disputa por África (*“new scramble for Africa”*) com diversos países africanos a passarem para uma economia baseada na exploração dos recursos naturais. Importa ter em mente que se os rendimentos adquiridos com esta extracção não forem canalizados para outras actividades, a riqueza e a economia de um país poderão ser postas em causa. Esta nova corrida pelo continente africano está a ser levada a cabo não só pelos BRICS como pelo mundo ocidental, mas se por um lado os EUA exigem boa governação, respeito pelos direitos humanos e têm em conta focos de

---

<sup>2</sup> O'NEILL, Jim (2001), “Building Better Global Economic BRICs”, Global Economics Paper No: 66, Goldman Sachs

instabilidade política, por outro lado a China não impõe qualquer condição, começando a ter investimentos elevados em África.

Em suma, parece perceptível que a dependência do continente africano com o mundo ocidental continua a ser notada e que os atributos económicos desta região permanecem com o passar do tempo, numa continuidade visível pelos factos apresentados neste ponto.

## **2.2. O pensamento do desenvolvimento ao longo deste período**

No século XIX, período de hegemonia do imperialismo britânico, o pensamento económico era marcado pela influente economia política clássica. Para Adam Smith, os indivíduos promovem o crescimento económico e a inovação tecnológica, apenas impulsionados pelo seu próprio interesse. Esta concepção de “acção individual”, pautada por uma diminuta ou nula intervenção do Estado, consagrou a teoria da “Mão Invisível” (tal perspectiva definida no período abolicionista alimenta a ideia de crescimento económico alcançado através da liberdade da iniciativa privada). Uma visão que viria a impor-se ao longo de vários anos até que a crise mundial de 29/33 do século XX revela os limites da regulação pelo mercado e da “Mão Invisível” abrindo a via ao pensamento keynesiano e sublinhando a importância da acção do Estado na economia.

No pós segunda Guerra Mundial, no contexto da bipolaridade EUA/URSS, as atenções dirigiam-se, por um lado, para a reconstrução europeia orientada pelo Plano Marshall e, por outro, para a construção do socialismo, ambas conduzidas por uma forte intervenção estatal e grandes investimentos públicos. Os EUA estavam interessados nas relações económicas mas sem grande

envolvimento político, privilegiando a introdução de um modelo ocidental na sociedade. A hegemonia da potência capitalista fazia-se sentir e em 1949 surge, pela primeira vez, o conceito de Subdesenvolvimento através do presidente Truman. O objectivo passaria por retirar os países subdesenvolvidos do seu atraso e permitir que estes igualassem os países mais desenvolvidos. Os americanos colocariam a sua ciência e tecnologia ao dispor das regiões com menor progresso e o capitalismo seria o modelo a seguir. Era assim lançada a Doutrina Truman, conduzindo ao início da Guerra Fria, e que propagaria em todo o mundo uma forte rivalidade entre blocos, o capitalista e o comunista. É neste contexto que o então secretário de estado George Marshall anunciou a disposição dos EUA a colaborar financeiramente para a recuperação da economia dos países europeus. A potência dominante do mundo ocidental no quadro geopolítico bipolar do pós-guerra era assim inspiradora do pensamento do desenvolvimento, impondo um modelo ocidental de sociedade industrial como referência global<sup>3</sup>.

Com as independências das colónias africanas nos anos 60 do século XX, a ideia de que os países africanos necessitavam de apoio na governação - uma vez que seriam incapazes de a executar de forma independente - fica fragilizada, mas o Ocidente continuou a envidar esforços para proteger os seus interesses nos antigos territórios. Um aspecto pouco conhecido desta época é a capacidade diplomática que o mundo africano desenvolveu para fazer face à sua inserção num mundo bipolar dilacerado pela guerra e ao retomar do estabelecimento de relações com os ex-colonizadores. No entanto, as nações

---

<sup>3</sup> KAPP, Bernard (2009), "*L'invention du sous-développement*", Le Monde – Dossiers sur sous-développement

africanas debatiam-se com algumas questões neste seu recomeçar como a inclusão num sistema mundo marcado pela Guerra Fria e onde era imprescindível que cada país encontrasse o posicionamento que lhe fosse mais favorável. Era necessário descobrir as políticas e medidas que melhor gerassem um desenvolvimento sustentável no longo prazo. Muitos países africanos seguiram os ideais que defendiam uma forte intervenção estatal baseados nos pressupostos do Keynesianismo.

Nesta altura nascem políticas de ajuda ao desenvolvimento, implementadas até aos nossos dias com apoio de organizações não-governamentais ou através de ajuda pública estatal. A noção de cooperação para o desenvolvimento emerge com o conceito de que os países atrasados apenas progredem através de uma força exógena impulsionadora do crescimento dessas sociedades. A partir do pós-guerra, os denominados países subdesenvolvidos aumentam a esperança média de vida das suas populações e as condições de saúde, mas esta força populacional não tinha acesso a uma actividade laboral devido à ausência de industrialização. O pensamento estruturalista analisa esta questão com base na industrialização como motor de crescimento e de mudança estrutural, liderado pelo economista americano Rostow (1960). Isto origina que a modernidade domine a sociedade e o crescimento surja como função normal da economia. A mudança trazida pela industrialização acontece de dentro para fora da sociedade influenciando as dimensões económica, social e política da mesma. Para isso, o governo tem de alinhar a sua agenda política para conseguir um equilíbrio entre as consequências dessa modernização e o bem-estar da sociedade de forma a

existir uma eficiente alocação dos recursos criados pela maturidade tecnológica. Há que ter em conta que crescimentos irregulares bem como situações extremas como a guerra podem limitar o sucesso desta mudança. Anteriormente, também Lewis (1954) na linha deste pensamento menciona que a chave do processo de crescimento económico deve ter em conta o reinvestimento do excedente capitalista, a transferência de mão-de-obra para o sector capitalista e o aumento desse excedente. Com o Consenso de Washington em 1989, já mencionado no ponto 2.1., o pensamento do desenvolvimento é direccionado para o regresso às ideias liberais. Estas defendiam que o fraco desempenho dos países em desenvolvimento resultava sobretudo das políticas incorrectas do Estado, pondo de lado as concepções da teoria estruturalista. Nesta fase, é criado um novo pacote de medidas que levariam ao crescimento económico nos países do terceiro mundo, centrado em três dimensões: estabilização macroeconómica, ajustamento estrutural e expansão das exportações. O modelo neo-liberal e a democracia eram assim impostos ao continente africano. Depois de inúmeras críticas dirigidas à ineficácia destas medidas, Stiglitz tem uma influência decisiva para que se introduzam novas regras alargando o âmbito do primeiro Consenso, acrescentando questões sobre a qualidade das instituições e a redução da pobreza (Stiglitz, 1998). Surge assim o conceito de boa governação que uma vez não cumprido, levaria ao condicionamento da APD. Este autor revela uma nova visão do desenvolvimento, que transcende os pressupostos assumidos anteriormente, ligando este conceito à transformação da sociedade. Refere que é indispensável ter presente que as directrizes para o desenvolvimento se

devem adaptar às circunstâncias de cada país e que a economia necessita de uma infra-estrutura institucional que a apoie. Rodrik (2008), outro autor crítico do modelo neo-liberal, remete para a importância de identificar adequadamente as condições institucionais para garantir a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Este autor alerta que soluções institucionais que funcionem bem num país não significa que sejam adequadas a outro país, uma vez que é também necessário ter as normas e instituições complementares desenvolvidas. Além disso, defende que os governos devem ser uma alavanca para o bom funcionamento dos mercados, privilegiando o investimento em inovação e a regulamentação de várias áreas. Também Chang (2002) aborda o fracasso do modelo neoliberal como criador de crescimentos de longo prazo, bem como agente promotor da redução da pobreza em diversas economias em desenvolvimento e em transição. Este autor analisa o papel do Estado no pós-guerra, indicando os seus principais problemas e apresentando a Economia Política Institucionalista baseada na ideia de que a política deve estar ligada à construção do mercado, sendo as instituições o principal actor para influenciar a percepção dos indivíduos da sociedade. Mesmo percebendo que instituições são fulcrais para um determinado país, demora muito tempo a estabelecê-las. As instituições são produtos de processos lentos de desenvolvimento institucional que envolvem reformas e edificação de bases políticas e legais para as sustentar. Importa recordar que o desenvolvimento é um caminho historicamente construído.

Neste período surgem as primeiras avaliações das políticas de estabilização estrutural, mas apesar das críticas a estas medidas era necessário encontrar

um indicador que pudesse mensurar o desenvolvimento. Assim, com o Consenso de Nova Iorque, desponta a ideia que o desenvolvimento económico é muito mais do que a dimensão económica, sendo apresentado o paradigma do Desenvolvimento Humano por Sen (2001) e Haq (2008). O conceito essencial residia no desenvolvimento como plataforma para alargar as escolhas das pessoas e na criação de um ambiente que permitisse uma vida longa, saudável e criativa. A análise anterior, baseada apenas no rendimento, não possibilitava a ampliação das escolhas das pessoas pela existência de factores que limitam as opções pessoais como alguns regimes políticos e a forma como o rendimento é distribuído e aplicado na sociedade. Passa a ser importante nas sociedades o reconhecimento de que a verdadeira riqueza são as pessoas e são elas os agentes da mudança para atingir o Desenvolvimento Humano. Importa assim criar uma ligação entre crescimento e alargamento das escolhas humanas dependente da qualidade e distribuição do crescimento económico e da existência de políticas públicas que colocassem as pessoas no centro da análise, que formassem capacidades humanas e que englobassem toda a sociedade. Uma distribuição mais equitativa do rendimento, investimento na saúde, educação e capacidades das pessoas, políticas estatais que fomentem o Desenvolvimento Humano e o empreendedorismo das pessoas, em especial das mulheres, seriam os pilares fundamentais do Desenvolvimento Humano.

No seguimento deste novo pensamento, surgem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com origem formal na Declaração do Milénio assinada no ano 2000 por 189 chefes de Estado, no seio das Nações Unidas, e

que estabelecem oito objectivos a alcançar até 2015, com metas concretas definidas para cada um deles, nomeadamente a erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalização do acesso à educação primária, a promoção da igualdade de género e o empreendedorismo da mulher, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças, a promoção da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento. Observa-se que, apesar da internacionalização da protecção dos direitos humanos e da promoção dos ODM, as medidas têm-se mostrado insuficientes com a agravante de ainda não se ter chegado a um consenso internacional quanto ao modo de procedimento e de actuação. Maxwell (2005) defende uma nova meta narrativa cujo foco seja a exclusão social e os direitos humanos, com uma política internacional que estabeleça um mesmo destino mas a diferentes velocidades e uma redefinição da arquitectura da ajuda ao desenvolvimento. A liberalização só pode ser efectuada depois das instituições subjacentes aos mercados estarem a funcionar e é necessário ter em conta que a trajectória do desenvolvimento é específica para cada país.

Importa ainda lembrar que, nesta fase, alguns países em desenvolvimento começam a destacar-se pelo bom desempenho das suas economias, os denominados BRICS referidos anteriormente. Parece consensual que, ao formular políticas para os países em desenvolvimento se considere a história dos países desenvolvidos e do conseqüente modelo dominante, mas também é necessário olhar para os crescimentos que ocorreram com base noutras políticas e quadros institucionais, como o caso destes países emergentes.

Como refere Estêvão (2004), “uma nova Economia do Desenvolvimento tem vindo a ser construída, combinando o retorno à herança do “velho” estruturalismo com contribuições trazidas da renovação do pensamento institucionalista”. Avizinha-se um regresso à perspectiva da mudança estrutural analisando a sua ligação com o crescimento económico, e procurando entender o papel do Estado Desenvolvimentista, conceito que se encontrava no centro da teoria estruturalista e mais tarde revisitado por Chalmers Johnson<sup>4</sup> para definir as economias asiáticas. O papel do Estado apresenta-se como decisivo sendo fonte e agente da mudança, contribuindo para a construção de um quadro institucional e político que suporte o desenvolvimento da sociedade.

Rist (1999), um autor do pensamento pós-Desenvolvimentista, argumenta ainda que o desenvolvimento sempre foi uma espécie de ilusão colectiva que, na realidade, apenas promoveu um alargamento das relações de mercado, apesar das boas intenções de seus defensores. Para este autor, o conceito de desenvolvimento permanece vago sendo um conjunto de crenças acerca do progresso social em vez de algo mais concreto. Esta concepção em vez de contribuir para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das populações poderá ter o efeito contrário e aumentar as desigualdades entre ricos e pobres. Também Reinert (2007) sustenta que o fosso entre ricos e pobres no mundo continua a aumentar. Mostra que os países desenvolvidos progrediram combinando intervenção estatal, protecção e investimento estratégico, pelo que não é razoável pedir aos países pobres que se desenvolvam através do comércio livre sem protegerem os seus produtos. Este

---

<sup>4</sup> JOHNSON, Chalmers (1982), “MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975”, Stanford: Stanford University Press

autor questiona também o facto dos mercados auto-regulados não serem a melhor resposta para a prosperidade mundial e afirma que o modelo trazido após a queda do muro de Berlim, em vez de trazer harmonia, encaminhou os países mais desfavorecidos para a fome, a guerra e o colapso ambiental. Reinert defende que o conhecimento do processo histórico do desenvolvimento pode prevenir a adopção de medidas prejudiciais para o progresso e recomenda que os países pobres acolham políticas semelhantes às tomadas pelos países ricos no pós segunda Guerra Mundial de forma a ultrapassarem as suas limitações e atingirem o almejado desenvolvimento sustentável.

A História indica-nos a existência de diferentes arranjos institucionais compatíveis com as economias de mercado, capazes de as levar a um desenvolvimento económico continuado. O pensamento do desenvolvimento tem sofrido influência de diversas variáveis ao longo do tempo mas, após a aplicação de várias medidas direccionadas aos países em desenvolvimento, existem ainda falhas no alcance de um crescimento económico sustentável para o futuro. Assiste-se a uma continuidade na busca pelo progresso consolidado no longo prazo nos países menos desenvolvidos e, apesar da preponderância do modelo neo-liberal, cada vez mais surgem vozes que lançam alternativas e procuram novas soluções para que o continente africano possa encontrar o tão desejado desenvolvimento. Como refere Chang, é necessário desconstruir os mitos reinantes para construir a alternativa ao modelo actualmente dominante.

### **3. O caso de Moçambique**

Neste ponto, a análise recai sobre o nosso estudo de caso - Moçambique. Após a exposição do papel do continente africano para o Ocidente, importa perceber como se tem posicionado este país em relação ao exterior e qual a sua história de desenvolvimento ao longo do século XX respondendo para isso a algumas questões. Será que a especialização primária continua a ser uma realidade nesta nação? Como foi influenciada pelos ocidentais na implementação das suas políticas económicas e de desenvolvimento? Quais as continuidades e rupturas que existiram ao longo deste período na sociedade moçambicana?

Moçambique é caracterizado como um território de múltiplas influências, desde a sua ligação mercantil com o Índico até à expansão portuguesa (Leite, 1998). Ao longo do século XX, Moçambique registou vários ciclos económicos que se podem dividir em três períodos distintos: a colonização, o período socialista e a fase do programa de reabilitação económica (Mosca, 2005). Estes podem ser associados a diversos ciclos políticos ocorridos na mesma época: antes e depois do Estado Novo português, o período socialista pós-independência e a alteração do poder da Frelimo. Para este autor, a estrutura económica e social de Moçambique foi delineada neste intervalo, apresentando como continuidades a extracção de recursos e de excedentes da agricultura para o exterior (exceptuando a época socialista), a dependência das economias locais em relação à economia de mercado, o surgimento de uma elite em sintonia com os interesses externos e uma forte intervenção do Estado sobre a economia e a sociedade. Algumas rupturas tiveram também lugar ao

longo deste período, como as alterações de regimes políticos, especialmente com a independência e o conseqüente modelo socialista - este último pautado por descontinuidades económicas como a interrupção da acumulação de riqueza interna, a nacionalização das empresas e a mudança nas relações com o exterior - e os programas de ajustamento estrutural, que fizeram emergir um capitalismo desenfreado.

No período da colonização, a fixação de indústrias nos territórios ultramarinos foi um tema premente da política colonial portuguesa desde finais do século XIX (Leite, 1991). Segundo esta autora, a protecção da indústria nascente das colónias, suportada por legislação de 1914, fez com que Moçambique dividisse a sua produção entre unidades ligadas a produtos para exportação e pequenas indústrias para o consumo interno do mercado colonial. Em 1926 é decretada a obrigatoriedade de produzir algodão nesta colónia, transformando-a num território complementar à produção da metrópole, através de um plano económico executado com a ajuda do Pacto Colonial de 1930. Mas com a lei do “condicionamento industrial” (1936), o Estado Novo procurou restringir a produção das suas colónias, mantendo-as como fornecedoras das matérias-primas para Portugal, reforçando a lógica de “Unidade Imperial”. Em 1944, um novo decreto é elaborado para regular a actividade têxtil algodoeira nos territórios ultramarinos. A política colonial, influenciada pelo panorama internacional do pós-segunda Guerra Mundial, dava sinais de abertura ao capital estrangeiro mas apesar de algumas mudanças, mantinha na sua essência as orientações dos anos 30 do século XX. Mas em 1961, o Pacto Colonial foi substituído pelo Política de Integração do Espaço Português,

caracterizada pela integração económica do espaço metropolitano e respectivas colónias. A visão do luso-tropicalismo, mencionada anteriormente, estava presente nesta política do Estado Novo. No entanto, a tomada de uma decisão sobre a industrialização no Ultramar continuava a ser um tema difícil de gerir pelo governo Português, sustenta a autora.

Como menciona Leite (1989), Moçambique nos anos 30 do século XX caracterizava-se por uma economia de plantação de exportação e pela premência numa integração na África Austral. No período de 1930-46, a indústria moçambicana suportava essa economia de exportação, mas além de fornecimento de matérias-primas para a metrópole podemos considerar que já existia uma base produtiva neste território (ver quadro I - anexos). Em 1945, o açúcar e o algodão representavam 51% da produção da actividade transformadora em Moçambique, e em 1946 contabilizavam 37% dos rendimentos externos da ex-colónia. No mercado interno, 18% da produção estava centrada nas farinhas de milho. Contudo, nas décadas de 60 e 70 do século XX, a produção das indústrias ligadas ao mercado interno supera a do externo em termos de produto bruto industrial (ver quadros II e III - anexos). A estagnação da produção de algodão e de açúcar provocou este desacelerar das indústrias do mercado externo, traduzindo as alterações introduzidas pela PIEPP mencionada anteriormente. Ainda assim, o descasque mecânico do caju registou um aumento considerável no PBI, passando de 1% para 4% durante este período. O alargamento da produção para o mercado interno estava sobretudo centrado no desenvolvimento das indústrias de consumo em paralelo com a produção de bens para infra-estruturas, relacionado com o

contexto da guerra colonial e trazendo conseqüentemente o agravar da dívida deste país.

Com o fim do regime colonial português em 1974, o plano industrial de consolidar o sector agrícola na economia de mercado, com enfoque nas indústrias do algodão, do caju, das oleaginosas, do açúcar e do chá, e a promoção da política de substituição das importações ficaram comprometidos. A independência de Moçambique em 1974-75 e a conseqüente descolonização deste território, conduz o recém-formado governo da Frelimo a delinear uma estratégia de desenvolvimento para o futuro baseada numa visão socialista, com o objectivo primordial de proporcionar melhores condições de vida à população (Abrahamsson e Nilsson, 1994). Mas a guerra civil que se seguiu, originou a destruição de grande parte das infra-estruturas económico-sociais, o colapso da economia moçambicana, que manteve as suas características, e o aumento da pobreza (Mosca, 2005). Este autor sustenta que a crise económica e social desta altura não permitiu dar prioridades aos objectivos definidos anteriormente: foco no mercado interno e na agricultura, nos serviços sociais e no bem-estar dos cidadãos. Afirma ainda que a estrutura industrial de Moçambique manteve-se semelhante à do período colonial. A produção agrícola, especialmente de exportação, continuou a registar quedas significativas a partir de 1982, em particular no açúcar, caju, óleos e sabões (ver quadro IV – anexos). Estas dificuldades levam à abertura do regime ao exterior e à assinatura dos acordos com o FMI e o BM.

Conforme refere Oppenheimer (2006), Moçambique iniciou o seu programa de ajustamento estrutural para reabilitação económica em 1987, coordenado

pelas instituições de *Bretton Woods*, posteriormente alargado com a vertente social em 1990/91 (“*Poverty Reduction Strategy Paper*”). Este autor menciona que o crescimento do Produto interno bruto deste país, registado nos anos 90 do século XX e no início do século XXI, foi acompanhado pela desindustrialização, nomeadamente do sector do caju, e sustentado por grandes projectos de captação de investimento estrangeiro, com consequências diminutas na criação de emprego e na redução da pobreza. No seguimento da experiência socialista e do fim de 16 anos de guerra civil (1976-92), Moçambique transita assim, de uma frágil economia exportadora (principalmente de caju, camarão, algodão e açúcar) para um economia de mercado apoiada pelas instituições de *Bretton Woods*, com os programas de estabilização e ajustamento estrutural, e pela hegemonia mundial do modelo liberal. Em simultâneo, esta sociedade continuava a ser financiada pela APD tendo registado um acréscimo que contribuiu para dinamizar a economia (Mosca, 2005). Hanlon (1991) assegura que se não tivesse sido injectado na sociedade moçambicana este tipo de ajuda, o programa de ajustamento estrutural poderia ter colapsado. Segundo Mosca (2005), o principal peso social destes programas incidiu sobre os pobres a viver no meio urbano. A perda de poder de compra das populações afectou a aquisição dos produtos agrícolas e as desigualdades sociais acentuaram-se nesta época. Com o crescimento económico assinalado (ver quadro V – anexos), a liberalização dos mercados e a consequente passagem de actividades do mercado informal para o sector oficial verificou-se um excesso de oferta do mercado formal e a subida da inflação de curto prazo, com redução do poder de compra da maioria da

população. A produção dos principais produtos gerados por Moçambique decresceu de 1981 para 2000, com excepção do milho e dos produtos hortícolas (ver quadro VI - anexos). Neste período, o caju e o algodão assinalaram uma queda de 42% e 53%, respectivamente. O alargamento do programa de reabilitação à vertente social surge na sequência de contestação por parte dos trabalhadores. No entanto, apesar das mudanças positivas geradas pelo programa como o crescimento económico, o regresso da paz e a abertura de caminho à democracia, que trouxeram o reconhecimento de “boa governação” ao governo deste território, algumas críticas ecoaram relativamente à evolução da pobreza, à dependência externa, à debilitação do Estado e à corrupção. Parece clara a falta de evolução estrutural e de modernização da economia moçambicana ao longo do período de ajustamento, bem como a secundarização do sector agrícola. Na década de 90 do século XX, Moçambique, além do desafio de recuperar um território atingido por dezasseis anos de guerra, era confrontado com a era da globalização. As características da economia moçambicana continuavam a subsistir tendo sido aprofundadas no período de ajustamento estrutural, como a clivagem entre o sector tradicional e o moderno, as desigualdades na distribuição do rendimento, a dependência externa, a exportação de produtos primários e a fraca rede de transportes (Mosca, 2005). A persistência da pobreza, o surgimento de uma economia informal fora dos mecanismos de regulação e a forte dependência do exterior para financiar a sua balança de pagamentos não permitiram o desenvolvimento da economia moçambicana.

Incorporar uma vertente social no programa de ajustamento estrutural, para Moçambique, revelava preocupações com as condições de vida das populações, numa altura em que a nova perspectiva do desenvolvimento humano criava os seus contornos. Se analisarmos a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, nos últimos trinta anos, houve um progresso substancial neste território<sup>5</sup>. Em 2013, Moçambique ocupa o 185º lugar no relatório das Nações Unidas<sup>6</sup>, com uma esperança média de vida de 50,7 anos. Mas é importante referir que apesar do avanço registado, esta nação tem o 3º pior IDH entre 187 países do mundo e o ritmo de melhoria do índice terá tendência a desacelerar. Castel-Branco (2011) acrescenta que o IDH não revela a desigualdade no progresso social nem contabiliza os desvios da média, sendo por isso limitado para análises mais profundas de uma sociedade.

No início do século XXI, com a globalização e a influência dos BRICS em África, sobretudo China e Brasil, Moçambique vê a sua economia transformada numa economia dos recursos naturais (gás e carvão) devido à nova corrida por este continente. Paralelamente, emergem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio numa narrativa que previa o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. No relatório de 2010<sup>7</sup>, que efectua o balanço da implementação e do progresso dos ODM, o governo moçambicano alertava para a situação de mais de metade da população viver abaixo da linha da

---

<sup>5</sup> UNDP, “*Mozambique - Country Profile: Human Development Indicator*” [online] Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html> (acedido a 9 de Agosto de 2013)

<sup>6</sup> UNDP, (2013), “*Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*” [online] Disponível em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human-development-report-2013> (acedido a 9 de Agosto de 2013)

<sup>7</sup> Ministério da planificação e desenvolvimento (2010), “Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Moçambique 2010”, Laranja Lda

pobreza, para a vulnerabilidade deste território à seca e às cheias, e para o facto de 40% do orçamento do Estado ser dependente da ajuda externa. Sublinhava ainda que a epidemia do HIV/SIDA continua a ser uma ameaça e que as infra-estruturas rurais necessitam de reabilitação. No mesmo documento é possível ver as disparidades entre o norte e o sul do país em diversos dos objectivos definidos, sendo o norte bastante mais afectado pelas dificuldades. Nos últimos anos, assiste-se em Moçambique ao confronto entre economia dos recursos naturais e sustentabilidade do meio-ambiente, à consolidação do Estado Neo-patrimonial e a uma situação de pobreza agravada neste território. A análise que iremos agora efectuar passa por verificar se a economia dos recursos naturais trouxe alterações às características enraizadas na sociedade moçambicana em termos económicos.

Conforme revela Castel-Branco (2010), o BM e o FMI reconheceram a fraca contribuição dos “mega projectos”, implementados em Moçambique, para a diminuição da pobreza e para a sustentabilidade do crescimento económico.

Neste estudo recente, o autor revela que:

*“Três características dominantes da economia nacional contemporânea podem ser traçadas ao longo do tempo para o passado: a natureza primária e concentrada das exportações, a dificuldade de substituição efectiva de importações e de articulação da economia, e as pressões crónicas e insustentáveis sobre a balança de pagamentos que se intensificam quando a economia expande, e que se reflectem em ciclos relativamente curtos de expansão e contracção económica.”*

No quadro VII (ver anexos), podemos constatar que a essência primária da estrutura produtiva e de comércio moçambicana não registou avanços significativos nas últimas décadas. De 2004 a 2008, dos produtos que representavam 92% da produção industrial deste país, seis eram intensivos em

importações (farinha, cerveja, cimento, alumínio, sacaria e produtos metálicos variados para consumo directo final). O alumínio contribuía com o maior peso para a produção industrial (quase 70% do total), sendo essencialmente produzido para exportação. Moçambique parece ter ficado estagnado no tempo, não aproveitando as mudanças tecnológicas e industriais que foram ocorrendo no mundo. Mesmo as ligações dentro da indústria moçambicana aparentam ser débeis, uma vez que a produção industrial não assenta em matérias-primas nacionais ou apenas faz a primeira transformação das matérias-primas. Outra realidade é a do Investimento Directo Estrangeiro, direccionado para os grandes projectos do sector minero-energético, que tem dominado a economia moçambicana nos últimos anos (Mosca e Selemane, 2011). Na análise a Tete<sup>8</sup>, estes autores concluíram que os projectos de mineração nessa região, não levaram ao aumento da oferta dos sectores agrícola e da indústria transformadora, nem contribuíram para a redução da pobreza. A economia moçambicana tem que romper com a sua hegemonia extractiva e dependente de fundos externos, de forma a diversificar a sua produção e alcançar um novo patamar no tão desejado crescimento sustentável.

Conforme afirma Mosca (2005), para que Moçambique possa progredir deverá encontrar uma identidade nacional que respeite as diferenças étnicas, de forma a ultrapassar as marcas do passado. O Estado deverá ter um papel primordial nesta tarefa, sendo fundamental que o desenvolvimento desta nação avance do interior para o exterior para criar o efeito de modernidade, como

---

<sup>8</sup> Tete é uma província da região central de Moçambique, onde se encontra a barragem de Cahora Bassa.

sustentam as teorias estruturalistas referidas anteriormente. Mas tanto o modelo económico dominante que hierarquiza regiões e países como a elite que controla a esfera política, tornam difíceis a afirmação de um novo rumo para o território moçambicano. Bruschi (2012) refere que é necessário procurar outros actores para assegurar a integridade no poder público, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, aos contratos e aos mercados financeiros, para que se alcance um desenvolvimento efectivo e se reduza a dependência da ajuda externa. Parece claro que o defendido pelos críticos do pensamento neo-liberal como Rodrik e Chang, sobre o fracasso do modelo neoliberal como criador de crescimentos de longo prazo, se aplica ao território moçambicano. Reformular a arquitectura das instituições e promover o desenvolvimento serão peças chave para que Moçambique consiga reduzir a pobreza, redistribuir a riqueza criada e promover o bem-estar económico e social da sua população. Em suma, criar um crescimento economicamente endógeno que seja apoiado pela acumulação de riqueza interna que beneficie o território moçambicano.

## CONCLUSÕES

A análise realizada nesta dissertação mostra inúmeras continuidades ocorridas na trajetória do continente africano ao longo do período observado. Desde o século XIX que África serve os interesses económicos do mundo ocidental. A visão paternalista do mundo desenvolvido em relação a esta região perdurou no tempo, subsistindo estigmas do passado sem dar espaço à construção do Outro. O *scramble for Africa* tem-se perpetuado com o passar dos anos, de formas diferentes e com introdução de novos actores recentemente, mas com o mesmo fim de beneficiar os países ditos desenvolvidos e actualmente os designados de emergentes. A supremacia do modelo neo-liberal e as políticas associadas ao mesmo foram sendo prescritas ao mundo subdesenvolvido, para alcançar um progresso sustentável, mas esta receita revelou-se imperfeita, gerando mais pobreza, dependência do exterior, criação de uma elite ajustada aos interesses externos e a manutenção de uma economia baseada em especialização primária de bens.

Ao olhar para a história de Moçambique nos últimos 150 anos, concluímos que a economia manteve as suas características estruturais neste período. A especialização primária para exportação tem sido uma realidade, apesar da substituição de alguns produtos ao longo do tempo. Mas o desenvolvimento de novos mercados, o aproveitamento de sinergias entre indústrias e a diversificação da produção continuam sem se fazer notar neste território, como se estivesse estagnado em relação ao contexto internacional. A actividade de extracção de recursos naturais, predominante na actualidade, revela-se como dependente e instável para criar e acumular real valor ao país e às suas

populações. A pobreza, o HIV/SIDA, o défice da balança de pagamentos e a corrupção são ameaças a ter em conta no caminho para um desenvolvimento harmonioso. O *empowerment* e a criação de capacidades serão certamente armas fundamentais para atingir as metas que conduzam ao progresso de Moçambique, devendo ser apoiados pelo Estado e fomentados por instituições sólidas e adequadas à realidade da nação. A redução da pobreza só poderá ser alcançada através de um crescimento sustentável, mas torna-se imprescindível modernizar a indústria, diminuir a dependência com o exterior, combater a corrupção e tornar a administração pública credível.

África necessita de romper com o passado, gerar rupturas e criar um crescimento endógeno que origine um efeito de modernidade de um núcleo central da sociedade para o exterior, para que possa atingir o tão desejado crescimento económico e se criem as condições para o desenvolvimento humano. No caso de Moçambique, resta saber se o estado neo-patrimonial poderá ser desenvolvimentista à semelhança dos asiáticos de forma a impulsionar a mudança tão esperada neste país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994), *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974-1992*, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais e Instituto Superior de Relações Internacionais
- BHAGWATI, Jagdish (1982), "Directly Unproductive Profit-Seeking Activities", *Journal of Political Economy*, vol. 90
- BRUSCHI, Francesca (2012), "Mozambique at a Turning Point: from Aid Dependence to Development Effectiveness?" in *Great Insights, Volume 1*
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2010), "Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique", *Cadernos IESE N.º 1*
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2011), "Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano": Comentários, Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social, Instituto de Estudos Sociais e Económicos
- CHANG, Ha-Joon (2002), "Rompendo o modelo. Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado" - in *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, Editora Unesp, São Paulo, pp. 99-134
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1976), *Africa negra de 1800 a nuestros dias*, Editorial Labor, Barcelona
- D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène (2009), *L'Afrique, Le Cavalier Bleu, 2ª édition, Histoire Et Civilisations*
- ESTÊVÃO, João (2004), "Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado", ISEG, Lisboa
- FUKUYAMA, Francis (1989), "*The End of History?*", *The National Interest*
- HANLON, Joseph (1991), *Who calls the shots?*, London, James Currey, Indiana University Press

- HAQ, Mahbub ul (2008), "The Human Development paradigm in Secondi", Giorgio (2008), pp 28 -33
- HENRIQUES, Isabel Castro (2004), Os Pilares da Diferença - Relações Portugal-África Séculos XV-XX, Edição Caleidoscópio e Centro de História Universidade de Lisboa
- HUGON, Philippe (2007), Géopolitique de l'Afrique, Armand Colin
- JOHNSON, Chalmers (1982), "MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975", Stanford: Stanford University Press
- KAPP, Bernard (2009), "*L'invention du sous-développement*", Le Monde – Dossiers sur sous-développement
- KI-ZERBO, Joseph (2006), Para quando África? Entrevista com René Holenstein, Tradução de Carlos Aboim de Brito, Campo das Letras
- KRUEGER, Anne O. (1974), "The Political Economy of the Rent-Seeking Society". The American Economic Review, vol. LXIV, nº 3, June: 291-303
- LATOUCHE, Serge (1998), L'autre Afrique: Entre don et marche, Bibliothèque Albin Michel Economic
- LEITE, Joana Pereira (1989), "La formation de l'economie coloniale au Mozambique: pacte colonial et industrialization : du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande - 1930/1974", Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales
- LEITE, Joana Pereira (1991), "Colonialismo e Industrialização em Moçambique: Pacto Colonial, Dinamização das Exportações e "Import-Substitution" 1930-74", Fim do Século
- LEITE, Joana Pereira (1998), "A formação da economia colonial em Moçambique. Pacto Colonial e industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil, 1930-74", Lisboa
- LEWIS, Arthur (1954), Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, Manchester School
- MAXWELL, Simon (2005), "The Washington Consensus is dead! Long live the meta-narrative!", Working Paper, Overseas Development Institute, London

- M'BOKOLO, Elikia (2012), *África Negra: História e Civilizações*, até ao século XVIII, Tomo I, Lisboa, Colibri
- M'BOKOLO, Elikia (2007), *África Negra: História e Civilizações*, do século XIX aos nossos dias, Tomo II, Lisboa, Colibri
- MBEMBE, Achille (2007), "*L'Afrique de Nicolas Sarkozy*" [online] Disponível em <http://www.ldh-toulon.net/spip.php?article2183> (acedido a 12 de Julho de 2013)
- Ministério da planificação e desenvolvimento (2010), "Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Moçambique 2010", Laranja Lda
- MOSCA, João (2005), *Economia de Moçambique*, Instituto Piaget
- MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011), "El dorado Tete: os mega projectos de mineração", Centro de Integridade Pública, Maputo
- O'NEILL, Jim (2001), "Building Better Global Economic BRICs", Global Economics Paper No: 66, Goldman Sachs
- OPPENHEIMER, Jochen e CARVALHO, Luís F. (1998), "Desenvolvimento económico e democracia política no contexto do ajustamento estrutural em África", CESA/ISEG, Lisboa
- OPPENHEIMER, Jochen (2006), *Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza*, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e Centro de Documentação e Informação. Editorial do Ministério da Educação, Lisboa
- REINERT, Erik (2007), *How Rich Countries Got Rich ...and why Poor Countries Stay Poor*, London, Constable
- RIST, Gilbert (1999), *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*, Zed Books London & NY,UCT, Cape Town
- RODNEY, Walter (1975), *Como a Europa subdesenvolveu a África*, tradução Edgar Vales, Lisboa: Seara Nova
- RODRIK, Dani, (2011) "*Milton Friedman's Magical Thinking*" [online] Disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/milton-friedman-s-magical-thinking> (acedido a 14 de Junho de 2013)

RODRIK, Dani and Subramanian, Arvind (2008), “The Primacy of Institutions” (and what this does and does not mean) – in Secondi, Giorgio

ROSTOW, Walt Whitman (1960), The stages of economic growth a non-communist manifesto, London, Cambridge University Press

SEN, Amartya (2001), “Development as freedom”, Oxford University Press

STIGLITZ, Joseph (1998), “Towards a New Paradigm for Development”, Geneva, United Nations Conference on Trade and Development, 9th Raul Prebisch Lecture

UNDP, “Human Development Reports” [online] Disponível em <http://hdr.undp.org/en/humandev/reports/> (acedido a 20 de fevereiro de 2013)

UNDP, “Mozambique - Country Profile: Human Development Indicator” [online] Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html> (acedido a 9 de Agosto de 2013)

UNDP, (2013), “Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado” [online] Disponível em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human-development-report-2013> (acedido a 9 de Agosto de 2013)

WILLIAMSON, John (2004), “A Short History of the Washington Consensus”, Paper commissioned by Fundación CIDOB for a conference “From the Washington Consensus towards a new Global Governance”, Barcelona

ZELEZA, Tiyaambe, (1993), A modern Economic History of Africa, The Nineteenth Century, Dakar, Codesria

## ANEXOS

### Quadro I. Indústrias de Transformação Moçambique (toneladas)

Indústrias ligadas à dinâmica de formação do mercado interno	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	
cerveja		363	438	513	669	499	534	663	609	617	678	1.131	1.454	1.476	1.695	2.081	2.254	MI
gelo	4.362	5.126	2.425	3.673	3.772	4.312	4.416	5.402	4.609	6.941	4.255	5.077	5.222	4.868	4.858	5.274	6.612	MI
manteiga									27	21	17	22	10	12	14	13	12	MI
massas	205	100	120	137	135	139	140	138	180	160	220	230	304	324	294	576	422	MI
peixe seco												130	2.960	83	493	587	714	MI
xarope (1000 lts)									4	6	7	9	10	14	24	23	28	MI
madeira				1.445	2.125	2.029	2.584	4.592										MI
cimento	23.483	24.487	25.115	20.518	11.531	12.572	11.826	14.957	24.297	27.618	28.043	27.260	24.941	30.647	27.932	19.899	26.275	MI
cal	236	554	591	1.410	1.178	1.327	530	996	1.393	2.189	42.151	843	460	2.714	2.019	405	1.355	MI
sal				3.708	4.735	6.417	2.897	6.146										MI

  

Indústrias a juzante do sector agrícola	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	
açúcar amarelo	79.378	76.640	70.472	61.937	46.297	42.597	44.750	47.794	65.597	63.286	44.279	60.150	72.561	85.395	83.051	74.919	70.195	ME
sisal	6.409	7.909	8.969	12.753	13.429	16.062	16.444	17.881	19.943	11.910	7.673	10.788	12.267	18.237	21.470	17.429	18.113	ME
óleos vegetais	2.419	3.205	2.443	3.151	3.190	2.591	1.442	14.650	2.741	2.966	3.620	454	541			512		ME/M
sabão	541	657	564	655	1.138	1.230	1.150	1.543	2.309	1.637	2.064	2.109	2.164	3.055	2.924	3.336	4.296	MI
tabaco	264	235	215	126	123	107	95	92	23	15	238	253	293	329	350	437	458	MI
farinhas milho	4.717	10.141	9.062	10.743	10.994	10.075	11.212	14.066	11.668	16.801	137.148	22.681	10.288	24.735	32.032	32.944		MI
arroz										110	141	610	707	2.129	2.641	6.082	7.338	MI
chá									541	192	779	831	878	959	1.260	1.288	1.431	ME
algodão fibra	2.313	2.329	1.864	2.717	1.157	978	2.173	2.153	1.975	2.795	22.204	20.810	16.048	16.632	18.138	21.490	18.174	ME

Fonte: LEITE (1991):

Anuário Estatístico

Cardoso, J. (1940), "O comércio de Moçambique: sua evolução durante os últimos dez anos", BSGCM, n 43, Dezembro

Santos, P. (1956), "Indústria em Moçambique", J.C.E.P.M., LM.

(MI: Mercado Interno; ME: Mercado Externo)

## Quadro II. Indústria de Transformação Moçambique

### Evolução Quinquenal

Indústrias	1955		1960		1965		1970		1972		1974	
	tonel.	cts	tonel.	cts	tonel.	cts	tonel.	cts	tonel.	cts	tonel.	cts
<b>Indústrias de Transformação</b>		2.293.629		3.692.862		5.630.955		10.502.220		12.824.400		18.000.000
<b>Indústrias Mercado Externo</b>		1.387.532		1.998.004		2.595.670		4.301.400		5.128.300		6.253.300
Algodão												
fibra	32.362	501.611	47.836	743.289	31.661	570.042	46.000	811.900	45.600	864.200	24.500	648.100
semente	60.820	18.246	93.538	32.357	63.559	35.058	87.000	39.100	84.600	68.900	42.000	76.100
fibrilha	1.353	6.224	1.802	3.773	1.324	3.377	2.000	5.000	900	1.400	1.800	6.600
Cajú												
amêndoa	981	20.866	1.566	40.384	4.472	100.257	15.400	463.400	27.500	822.600	24.600	870.000
óleo	300	1.700	400	2.300	1.800	4.000	9.400	25.900	14.200	45.000	13.400	53.600
Óleos Vegetais												
amendoim	2.345	25.795	2.046	23.173	10.326	123.577	12.300	152.300	12.600	177.500	7.200	143.000
algodão	3.252	26.666	6.572	57.470	5.925	60.363	10.200	118.400	7.500	100.400	9.200	164.800
milho							2.300	32.300	2.300	51.900	1.300	29.600
copra	8.819	58.200	3.055	23.942	7.108	56.026	9.300	78.900	9.800	64.000	11.800	293.700
bagaços	29.129	48.893	33.579	50.151	45.982	73.446	62.200	103.500	58.000	91.300		130.700
Açúcar												
açúcar	124.119	382.287	165.041	512.901	163.707	582.217	285.800	1.062.500	325.400	1.281.100	265.600	1.998.400
melão	26.785	6.945	33.312	10.822	34.794	4.057	82.200	24.500	55.400	19.500	93.400	52.600
Chá	5.549	120.847	8.554	188.225	9.919	216.534	16.800	314.600	13.400	351.900	19.200	315.700
Sisal												
fibras	26.602	127.690	28.911	143.270	29.846	145.029	25.400	91.600	22.300	101.600	18.800	303.700
cordas	115	1.019	55	357	80	555	7.000	39.600	10.100	57.500		
Serrações (1000m <sup>3</sup> )		40.543		165.590		268.038		311.600		303.400		279.800
Ref. Petróleo (1000lts)						353.094	726	626.300	752	726.100		886.900
<b>Indústrias Mercado Interno</b>		906.097		1.694.858		3.035.285		6.200.820		7.696.100		11.746.700
Produtos Lácteos		21.974		36.984		52.894		149.300		232.400		
Mogagens												
trigo	15.922	71.490	24.632	102.252	42.202	193.584	63.200	289.700	76.400	351.800	82.600	600.300
milho	43.757	85.326	55.309	111.253	85.115	179.057						
outras	13.997	21.159	25.974	34.876	33.031	46.547						
Desc. Arroz	17.515	68.834	21.151	87.338	30.309	143.358	45.600	239.000	48.200	296.200	47.900	448.600
Cerveja (1000lts)	4.615	40.242	7.885	70.726	14.644	115.388	44	346.900	62	493.100	81	659.600
Refrigerantes (1000lts)	4.275	25.260	7.353	42.634		64.507	19	111.400	45	142.700	28	156.500
Tabaco												
tabaco manufacturado	863	105.021	1.283	158.317		196.672	2.600	391.600	2.500	397.000	2.700	616.500
Têxteis												
algodão	1.140	37.320	2.557	66.174	3.123	146.913		210.600		300.100		664.400
juta	250	2.750	2.032	17.076	7.580	81.912	6.700	80.500	5.500	62.700	5.500	71.900
Vestuário (1000uni)	146	5.510	413	17.734		55.410		210.000		318.100		541.400
Móveis												
madeira		9.531		20.948		33.090		64.800		88.400		
metal			19	4.783		26.715		62.200		125.300		63.600
Tipografia		39.500		69.688		104.987						
Tinta						47.901		118.200		188.100		123.500
Sabões							16.400	79.500	20.300	126.200	17.700	198.100
sabões	9.156	40.167	13.187	57.520	15.094	68.034						
detergentes (1000lts)	58	213		155		2.593						
Cimento												
cimento	137.145	94.630	221.794	142.610	221.677	155.648	394.100	296.600	468.000	348.700	465.100	350.400
fibrocimento (1000m <sup>3</sup> )	9	50.771	5	36.591	4	38.924						
Transf. P. Metálicos		5.646		101.412		130.413						

Fonte: LEITE (1991):  
 Estatística Industrial  
 (1000 escudos=1 conto)

## Quadro III. Produção Industrial Moçambique

A1 - Produção Industrial a preços correntes (variação)						A2 - Produção Industrial a preços reais (variação)													
IND. TOT. (pc)	INDME (pc)	INDMI (pc)	INDME/ INDTOT	INDMI/ INDTOT		IPC	IND. TOT. (pr)	INDME (pr)	INDMI (pr)	INDME/ INDTOT	INDMI/ INDTOT								
(1000C)						(1000C)													
1953	tva (%)	tva (%)	tva (%)	%	%	1953	tva (%)	tva (%)	tva (%)	%	%								
1954						1954													
1955	2.294	1.388	906	60,5	39,5	1955	98	2.341	1.416	924	77	60,5	39,5						
1956	2.573	1.503	8,3	1.070	18,1	58,4	41,6	1956	99	2.599	11,1	1.518	7,2	1.081	16,9	86	58,4	41,6	
1957	3.024	1.792	19,2	1.232	15,1	59,3	40,7	1957	100	3.024	16,4	1.792	18,0	1.232	14,0	100	59,3	40,7	
1958	3.094	2,3	1.707	-4,7	1.387	12,6	55,2	44,8	1958	102	3.033	0,3	1.674	-6,6	1.360	10,4	100	55,2	44,8
1959	3.356	8,5	1.666	-2,4	1.690	21,8	49,6	50,4	1959	102	3.290	8,5	1.633	-2,4	1.657	21,8	109	49,6	50,4
1960	3.693	10,0	1.998	19,9	1.695	0,3	54,1	45,9	1960	101	3.656	11,1	1.978	21,1	1.678	1,3	121	54,1	45,9
1961	4.079	10,5	2.228	11,5	1.851	9,2	54,6	45,4	1961	104	3.922	7,3	2.142	8,2	1.780	6,1	130	54,6	45,4
1962	4.481	9,9	2.350	5,5	2.131	15,1	52,4	47,6	1962	107	4.188	6,8	2.196	2,5	1.992	11,9	138	52,4	47,6
1963	4.633	3,4	2.322	-1,2	2.311	8,4	50,1	49,9	1963	108	4.290	2,4	2.150	-2,1	2.140	7,4	142	50,1	49,9
1964	5.035	8,7	2.462	6,0	2.573	11,3	48,9	51,1	1964	110	4.577	6,7	2.238	4,1	2.339	9,3	151	48,9	51,1
1965	5.631	11,8	2.596	5,4	3.035	18,0	46,1	53,9	1965	112	5.028	9,8	2.318	3,6	2.710	15,8	166	46,1	53,9
1966	6.337	12,5	2.509	3,4	3.828	26,1	39,6	60,4	1966	116	5.463	8,7	2.163	-6,7	3.300	21,8	181	39,6	60,4
1967	6.795	7,2	3.187	27,0	3.608	-5,7	46,9	53,1	1967	120	5.663	3,7	2.656	22,8	3.007	-8,9	187	46,9	53,1
1968	8.051	18,5	3.752	17,7	4.299	19,2	46,6	53,4	1968	125	6.441	13,7	3.002	13,0	3.439	14,4	213	46,6	53,4
1969	8.978	11,5	3.934	4,9	5.044	17,3	43,8	56,2	1969	128	7.014	8,9	3.037	2,4	3.941	14,6	232	43,8	56,2
1970	10.502	17,0	4.301	9,3	6.201	22,9	41,0	59,0	1970	134	7.837	11,7	3.210	4,4	4.628	17,4	259	41,0	59,0
1971	11.263	7,2	4.544	5,6	6.719	8,4	40,3	59,7	1971	155	7.266	-7,3	2.932	-8,7	4.335	-6,3	240	40,3	59,7
1972	12.824	13,9	5.128	12,9	7.696	14,5	40,0	60,0	1972	166	7.725	6,3	3.089	5,4	4.636	7,0	255	40,0	60,0
1973	14.800	15,4	5.111	-0,3	9.689	25,9	34,5	85,5	1973										
1974	18.000	21,6	6.253	22,3	11.747	21,2	34,7	65,3	1974										

  

tua.		IND. TOT. (pc)	INDME (pc)	INDMI (pc)	tua.		IND. TOT. (pr)	INDME (pr)	INDMI (pr)
aug.	60/70	11,1	8,3	14,2	aug.	60/70	8,0	5,2	11,0
aug.	55/74	11,6	8,6	14,7	aug.	55/72	7,4	5,1	10,3
aug.	55/72	10,7	8,3	13,7	aug.	55/64	7,8	5,6	11,0
aug.	55/64	9,2	6,8	12,5	aug.	64/72	6,9	4,5	9,5
aug.	64/72	12,5	9,9	15,1	aug.	55/60	9	7	13
aug.	64/74	13,7	10,2	16,8	aug.	60/65	7	3	10
aug.	55/60	10	8	14	aug.	65/70	9	7	12
aug.	60/65	9	5	12	t.c.	55/64	95,5	58,0	153,0
aug.	65/70	13	11	16	t.c.	55/72	230,0	118,1	401,5
aug.	70/74	15	10	18	t.c.	64/72	68,8	38,0	98,2
t.c.	55/64	119,5	77,4	184,0	t.c.	70/72	-1,4	-3,8	0,2
	55/72	459,0	269,5	749,4					
	55/74	684,7	350,5	1.169,6					
	64/72	154,7	108,3	199,1					
	64/74	257,5	154,0	356,5					
	70/74	71,4	45,4	89,4					
	72/74	40,4	21,9	52,6					
	70/72	22,1	19,2	24,1					

A3

	INDME (pc) %		INDMI (pc) %				
	PRODUCT EXPORT %		PRODUCT EXPORT %				
1955	2.294	1.388	906				
1960	3.693	1.998	1.695				
1965	5.631	2.596	1.990	76,7	3.035	154	5,1
1966	6.337	2.509	2.161	86,2	3.828	210	5,5
1967	6.795	3.187	2.357	74,0	3.608	239	6,6
1968	8.051	3.752	2.604	69,4	4.299	270	6,3
1969	8.978	3.934	2.826	71,8	5.044	235	4,7
1970	10.502	4.301	2.967	69,0	6.201	196	3,2

Fonte: LEITE (1991):

Estatística Industrial

A3 – Costa (1971), "Indústria de Moçambique, Julho, p.204

Costa (1972), IM, Dez, p. 344

(1000C \* milhões de escudos)

(INDTOT: produção industrial ou PBI – Produto Bruto; INDME: indústrias mercado exterior; INDMI: ind. mercado interno; IPC: índices preços consumo; IPI: índices prod. ind.)

**Quadro IV. Produção Industrial Moçambique  
 (a preços de 1980, 10<sup>3</sup> contos)**

	1975	%	1980	%	1982	1984	1986	%	1986/1980 (%)
Açúcar	2.945	10,5	2.185	6,8	1.620,2	506,4	217,2	1,5	9,9
Algodão	1.287	4,6	1.095,8	3,4	571	750,1	520,8	3,5	49,2
Bebidas	3.105	11,1	2.503	7,7	1.925,4	1.574,5	1.204,5	8,1	48,1
Cajú	-	-	1.758	5,4	1.355,9	307,4	418,6	2,8	23,8
Cimento	339	1,2	334	1	399,3	146,1	105,6	0,7	31,7
Construções mecânicas	700	2,5	205,1	0,6	127,4	379,8	323,7	2,2	158,1
Energia eléctrica	646	2,3	1.045	3,2	543	633	33,7	0,2	3,2
Farinhas alimentares	869	3,1	1.043	3,2	1.045,7	1.376,2	1.219	8,2	116,9
Óleos e sabões	1.123	4	1.705	5,3	1.656	811,4	515	3,5	30,2
Derivados do petróleo	3.606,7	12,9	6.214	19,2	4.654,6	919,3	-	-	-
Tabaco	1.831	6,5	811	2,5	811,1	549,2	788	5,3	97,2
Têxtil	1.500	5,4	1.194	3,7	1.488	1.849,8	1.110	7,5	93
Vestuário	-	-	1.528	4,7	1.401,4	1.808,9	1.040,2	7,4	68,1
Subtotal s/cajú e vestuário	17.956	64,1	18.335	56,6	14.842	9.496	6.038	40,8	32,9
1980=100	96	-	100	-	80,9	51,8	32,9	-	-
Produção bruta industrial	28.029,9	100	32.369,8	100	29.011,8	19.270,1	14.791,6	100	45,7
1980=100	86,6	-	100	-	89,6	59,5	45,7	-	-

Fonte: MOSCA (2005):

CNP (1987), Informação estatística, 1986.

**Quadro V. Crescimento Económico Moçambique (%)**

1987	1988	1989	1990	1998	1999	2000
5,8	5,5	5,4	-0,2	12,6	7,5	1,6

Fonte: MOSCA (2005):

Informação Estatística de 1989, para os anos de 1987 e 1989, e Informação Estatística de 1990, para o mesmo ano. Para os anos de 1998 a 2000, Anuário Estatístico de 2000.

**Quadro VI. Volume de Produção dos principais produtos Moçambique  
(toneladas)**

	<b>1981</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Milho	78.300	257.730	304.117	294.411
Arroz	28.900	22.081	28.877	23.754
Algodão caroço	73.700	91.888	106.741	35.000
Hortícolas	6.800	50.527	51.000	54.500
Chá folha	99.200	1.500	5.367	10.466
Copra	54.400	31.000	63.417	44.000
Castanha de cajú	90.100	51.700	58.720	52.578
Carne bovina	7.800	1.140	1.350	1.788
Carne de frango	5.700	4.623	5.215	6.500
Leite (1000ts)	5.500	744	896	1.050

Fonte: MOSCA (2005):

Para 1981, Informação Estatística, 1986. Para 1998 a 2000, Anuário Estatístico, 2000.

### Quadro VII. Concentração da produção nos principais subsectores da indústria transformadora Moçambique

Subsector	Produtos introduzidos desde 1959	Produtos "descontinuados" entre 1959 e 2007 (a)	Composição do sector em 2004-2008			
			Principais produtos	Valor de Produção em 2008 (000' MT) (b)	% da produção do subsector	% da produção industrial total
Alimentar, bebidas e tabaco	Nenhum	Chá (1993) e caju processado (1994)	Açúcar, farinha, cerveja, tabaco	4.462.759	70%	10.9%
Têxteis, vestuário e produtos de pele	Nenhum	Sisal (1992?) e copra (2000?)	Algodão, fios e sacaria	241	70%	0.6%
Minerais não metálicos	Cerâmicas (1966) e vidro (1966)	Cerâmicas (2002) e vidro (1997)	Cimento	2.105.078	70%	5.1%
Metalurgia	Alumínio (2000)	Ferro e aço (1999)	Alumínio	28.592.324	98%	69.8%
Metalomecânica	Nenhum	Equipamento não eléctrico (2001), equipamento eléctrico (2003)	Produtos metálicos variados para consumo final	27	80%	0.1%
Químicos e derivados de petróleo	Gás natural (2004), derivados de petróleo (1961), plásticos (1966)	Derivados de petróleo (1992)	Gás natural	2.120.386	80%	5.2%

Fonte: Castel-Branco (2010)

INE (vários anuários estatísticos), Castel-Branco (2002a, 2002b e 2003a)

Notas:

(a) Por produtos "descontinuados" entendem-se aqueles que foram relevantes mas tornaram-se estatisticamente insignificantes tanto em termos de valor produzido como em termos de peso na produção do sector, mesmo que continue a existir alguma produção desses produtos. A classificação acima está feita a quatro e a seis dígitos. Usando classificações ainda mais detalhadas é possível verificar variações na composição de cada "produto" (por exemplo, o tipo de produtos de vidro ou de cerâmicas), onde será possível identificar com maior precisão os novos produtos e os produtos desaparecidos. Infelizmente, as séries estatísticas oficiais a mais do que quatro ou seis dígitos são muito escassas e irregulares.

(b) Valores em milhares de meticais a preços constantes de 2003.